



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

14 -

Proc. nº7228/06 - 5ª Secção;

Acordam, em conferência, no Tribunal da Relação de Lisboa:

Iº 1. Farmácia Godinho Silveira requer, ao abrigo do disposto no art.35, nº2, do CPP, resolução do **conflito negativo de competência**, expondo a respectiva pretensão, em síntese, do seguinte modo:

- Em 20Dez.05, no âmbito do inquérito nº29/05, da Autoridade da Concorrência, funcionários deste organismo, munidos de mandado emitido pelo DIAP de Lisboa, procederam a busca e apreensão de diversa documentação;

- No decurso dessa busca, a requerente, através dos seus advogados, suscitou irregularidades e nulidades, ao abrigo do disposto nos arts.123 e 120, do CPP;

- Em Jan.06, foi notificada de despacho da Autoridade da Concorrência, que se pronunciava sobre as ditas irregularidades e nulidades;

- Entendendo que aquela entidade não tem competência para se pronunciar sobre as invocadas irregularidades e nulidades, arguiu a irregularidade daquele despacho da Autoridade da Concorrência mediante requerimento dirigido ao Juiz de Instrução Criminal de Lisboa;

- Perante aquele requerimento o T.I.C. proferiu o seguinte despacho:

“(...) o expediente que se junta apesar de estar dirigido ao Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, faz referência a processos que nunca deram entrada neste tribunal.

(...) o processo também não corre no DIAP”.

- A Autoridade da Concorrência notificou-a deste despacho e informou-a que o processo havia sido remetido para o Tribunal do Comércio de Lisboa;

Em 4Maio06, foi notificada de um despacho do 2º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa que decidiu remeter os autos para o Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, por despacho com o seguinte teor:

"(...) por se tratar de um requerimento que é dirigido a um tribunal que não este e de um requerimento que não é interposto sob a fôrma de recurso de impugnação, entende-se que não pode este tribunal conhecer do mesmo e que deve o expediente ser remetido para o TIC de Lisboa, ao qual vem dirigido, para ser ali objecto de apreciação".

- O Tribunal de Instrução Criminal, em 30Jun.06, proferiu despacho em que se declara incompetente *"...face à incompetência manifesta deste tribunal para apreciar o recurso de impugnação, o que se declara desde já, por ser da competência exclusiva do Tribunal de Comércio, remeta os autos a esse Tribunal após trânsito"*.

- O requerimento da requerente tem vindo a ser sucessivamente remetido, sucessiva e alternadamente, ora para o Tribunal do Comércio de Lisboa ora para o Tribunal de Instrução Criminal, tendo-se ambos declarado incompetentes para a sua apreciação;

2. Na sequência de despacho do relator, foi oficiado ao Tribunal do Comércio, no sentido de ser esclarecido que despacho aí foi proferido na sequência do despacho do TIC ordenando a devolução dos autos para esse tribunal, tendo sido recebida cópia de despacho proferido em 28Julho06, com menção que o mesmo não transitou em julgado, por dele ter sido interposto recurso pelo Ministério Público, despacho esse que tem o seguinte teor:

"Compulsados os autos, verifica-se que a requerente não interpôs um recurso de impugnação; apresentou um requerimento em que arguiu irregularidades de um despacho.

A competência para apreciação desse despacho, nos termos expostos (procedência ou improcedência da arguição de irregularidades) não está contemplada no art.89, nº2, al.c, da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (aprovada pela Lei nº3/99, de 13-1).

Ocorre, assim, incompetência deste tribunal, em razão da matéria.

Pelo exposto, nos termos do art.105, nº1, do C.P.Civil, indefiro liminarmente o presente requerimento de arguição de irregularidades".



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

12-

3. O relator ordenou o cumprimento do disposto no nº4, do art.36, do CPP, suscitando, no entanto, a questão da inexistência de decisão definitiva sobre a incompetência do Tribunal do Comércio.

A Ex.ma P.G.A. teve vista, pronunciando-se no sentido de não existir conflito negativo de competência, por a decisão do Tribunal do Comércio não ser definitiva.

A requerente apresentou alegações, em que suscita a questão prévia da notificação para alegações não ter utilidade prática, por o relator, no despacho de fls.44, pôr em causa a existência de conflito, defendendo, ainda, que o despacho de Tribunal do Comércio de 28Jul.06 transitou em julgado, por o recurso dele interposto pelo Ministério Público ter sido apresentado para além do prazo legal.

4. Colhidos os vistos legais, procedeu-se a conferência.

5. A requerente suscita resolução de conflito negativa do competência entre o 5º Juízo Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa e o 3º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa, impondo-se a apreciação prévia da existência de conflito, como foi suscitado pelo relator no despacho de fls.44.

Antes, porém, deve ser apreciada a questão suscitada pela requerente, de a notificação para alegações não ter utilidade prática.

Nesta parte, deve-se esclarecer que o relator não proferiu decisão no sentido de não existir conflito, questão que constitui o objecto deste processo e que é da competência da conferência, apenas a suscitou para que, em relação à mesma, fosse exercido o contraditório, através das alegações, como veio a ser feito pela requerente e pelo Ministério Público.

* * *

IIº De acordo com o art.34, nº1, do C.P.P. *“Há conflito, positivo ou negativo, de competência quando, em qualquer estado do processo, dois ou mais tribunais, de diferente ou da*

mesma espécie, se consideram competentes ou incompetentes para conhecer do mesmo crime imputado ao mesmo arguido.

Esta noção não pode ser interpretada em sentido literal, devendo ser integrada com a correspondente noção estatuída no art.115, nº2, do Código de Processo civil, por forma a que se reconheça a existência de conflito quando esteja em causa o conhecimento de certa e determinada questão e não, apenas, o conhecimento do crime imputado¹.

Assim, em termos abstractos, quanto à apreciação de requerimento invocando irregularidades de despacho proferido pela Autoridade da Concorrência é possível a existência de conflito de competência a sanar nos termos dos arts.34 e segs. do CPP.

No caso, a requerente Farmácia Godinho Silveira, no seu requerimento inicial, alega a existência de conflito negativo de competência entre o 5º Juízo Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa e o 3º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa (não há dúvida que é o 3º Juízo, pois no nº12 do seu articulado inicial faz referência ao doc. nº8, que é desse juízo, só agora, nas suas alegações, fazendo referência ao 1º Juízo do Tribunal do Comércio, juntando cópia de despacho proferido depois da apresentação do requerimento que deu origem a este processo).

O 5º Juízo do T.I.C., como resulta do doc.9 junto pela requerente, por despacho de 30Jun.06, declarou-se incompetente para apreciar a questão suscitada pela requerente, atribuindo a respectiva competência ao Tribunal do Comércio, não existindo, assim, dúvidas sobre a sua não aceitação de competência.

Em relação ao Tribunal de Comércio, no seu requerimento inicial, a requerente, apenas faz referência a um despacho de que foi notificada em 4Maio06, constante do doc.8 que junta, despacho esse datado de 9Mar.06 e que conclui:

“...por se tratar de um requerimento que é dirigido a um tribunal que não este e de um requerimento que não é interposto sob a forma de recurso de impugnação, entende-se que não

¹ Neste sentido, Ac. da Relação de Coimbra de 1Out.03, na C.J. ano XXVIII, 4, pág.44.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

pode este tribunal conhecer do mesmo e que deve ser remetido para o Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, ao qual vem dirigido, para ser ali objecto de apreciação.

Face a todo o exposto remeta os presentes autos ao Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa”.

Neste despacho, o Tribunal de Comércio, não declara de forma inequívoca a sua incompetência para apreciar a questão, antes se limitando a remeter o expediente para o TIC, por ser dirigido a este tribunal e por não ser apresentado sob a forma de impugnação de uma decisão da autoridade administrativa.

E assim foi interpretado pelo TIC que, pelo referido despacho 30Jun.06, declarou de forma clara a sua incompetência e ordenou a remessa dos autos ao Tribunal de Comércio quando, na hipótese de entender que este já se declarara incompetente, deveria suscitar a resolução do respectivo conflito.

O Tribunal de Comércio, por seu lado, ao receber o processo remetido pelo TIC e já depois da requerente ter suscitado a resolução do presente conflito, proferiu despacho em 28Julho06 (junto a fls.43), em que não invoca qualquer declaração anterior de incompetência e conclui nos termos seguintes:

“...

Ocorre, assim, incompetência deste Tribunal, em razão da matéria.

Pelo exposto, nos termos do art.105, nº1, do C.P.Civil, indefiro liminarmente o presente requerimento de arguição de irregularidades”.

Deste modo, quando a requerente suscitou a presente resolução de conflito negativo de competência (em 14Julho06), não existia qualquer conflito negativo de competência, pois só o T.I.C. declarara até então a sua incompetência, atribuindo a competência ao Tribunal de Comércio, que na altura, ainda, a não rejeitara.

É certo que o Tribunal de Comércio, por despacho de 28Julho06, veio a declarar a sua incompetência em razão da matéria para apreciar a questão suscitada pela requerente. Contudo, como resulta de fls.42, esse despacho não transitou em julgado, por dele ter sido interposto recurso pelo Ministério Público, o que afasta a existência de conflito pois, como estipula o

art.115, nº3, do Código de Processo Civil, *ex vi* art.4, do CPP “*Não há conflito enquanto forem susceptíveis de recurso as decisões proferidas sobre a competência*”.

Nas suas alegações, a requerente põe em causa a admissibilidade desse recurso do Ministério Público, por ter sido interposto depois da data em que entende que a decisão transitou. Contudo, essa é questão que aqui não pode ser discutida, pois a admissibilidade ou não do recurso tem de ser apreciada no processo onde o mesmo foi interposto. O que interessa é que está assente que tal recurso está pendente, como resulta do documento de fls.42 e o próprio requerente aceita, do que resulta que não existe decisão definitiva sobre a incompetência do Tribunal do Comércio.

Assim sendo, é o presente processo de resolução de conflito de competência, desprovido de objecto.

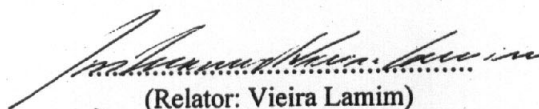
* * *

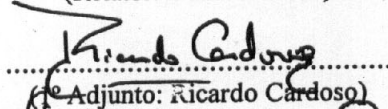
IIIº DECISÃO:

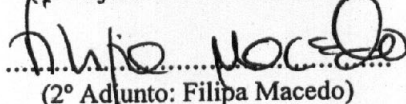
Pelo exposto, acordam os juizes do Tribunal da Relação de Lisboa, em conferência, em não reconhecer a existência de qualquer conflito de competência, que deva ser dirimido.

Condena-se a requerente nas custas, com taxa de justiça em 5UC^s;

Lisboa, 6 de Março de 2004


(Relator: Vieira Lamim)


(Adjunto: Ricardo Cardoso)


(2º Adjunto: Filipa Macedo)